

Nova postura mexicana melhora condições de acordo do Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

O discurso do presidente do México, Miguel de la Madrid, na última sexta-feira, anunciando a intenção do país de limitar o serviço de sua dívida externa à sua "capacidade de pagar" melhorou significativamente a posição do Brasil para negociar nesta semana o "spread", ou taxa de risco, acima do juro interbancário de Londres, que pagará pelo refinanciamento parcial da dívida que está negociando em Nova York, disseram ontem fontes financeiras ouvidas por este jornal.

Único item ainda pendente nas negociações iniciadas há quase três semanas, as discussões sobre a taxa de risco começaram na manhã de ontem, na sede do Citicorp. Antes mesmo de seu início, fontes financeiras já haviam manifestado a disposição dos bancos de cobrar do Brasil uma taxa de 1,125% sobre a Libor, a mesma que foi concedida ao México, na negociação do já naufragado acordo plurianual de reescalonamento concluído no final de 1984 com o governo do presidente De la Madrid.

VITÓRIA

Para o Brasil, que paga atualmente 2,125% de "spread" sobre a maioria dos empréstimos do setor público — em alguns casos, como nos empréstimos a Itaípu, as taxas chegam a 2,25% —, uma redução dessa magnitude já significaria, por si só, uma dupla vitória: por um lado, ela traria para o País uma considerável economia de divisas já neste ano. Por outro,

o fato de os bancos concederem a um país que resistiu a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o mesmo tratamento de "spread" dado ao México, que se submeteu ao FMI, marcaria um avanço político importante no encaminhamento da questão da dívida, minando a lógica da receita ortodoxa até agora defendida pelos credores privados e pelos governos dos países industrializados.

O Brasil acompanha com atenção os efeitos de longo prazo desta nova crise de caixa do México, pois, qualquer que seja a solução encontrada para contorná-la, ela certamente reforçará a decisão dos bancos de não aumentar seu risco futuro através da concessão de novos empréstimos aos países endividados em geral. No curtíssimo prazo, porém, é inegável que a crise mexicana veio a calhar.

Agora, os negociadores brasileiros, chefiados pelo diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas, "poderão conseguir até mais do que obteriam na semana passada", afirmou uma fonte financeira familiarizada com as deliberações do comitê.

"Ao insistirem na mudança do foro dos contratos da dívida, durante toda a semana passada, sabendo por antecipação que teriam de ceder, como finalmente fizeram na sexta-feira passada, os representantes do Banco Central acabaram colocando-se numa posição ainda mais favorável para negociar o "spread" nesta semana", calcula o banqueiro. "Se antes eles po-

diam reclamar um tratamento igual ao dado ao México, agora certamente vão pedir um tratamento melhor." Por contraste, o Brasil está em boa posição para pedir mais, acrescentou.

"No momento em que o México ameaça com a possibilidade de limitar o pagamento de juros, o Brasil oferece aos bancos a perspectiva de aumentar suas reservas em 1986 e continuar a pagar em dia seus compromissos", disse a fonte.

FORO

(A solução da questão da jurisdição será apresentada como uma "fórmula conciliatória" quando os termos finais do acordo forem anunciados, provavelmente até o fim desta semana. Na realidade, a fórmula, já negociada em suas linhas gerais, mantém os contratos sob a jurisdição das leis de Nova York, e é conciliatória apenas na medida em que reconhece a validade dos argumentos brasileiros, e deixa o assunto em aberto até as novas discussões que o País terá com os credores, no ano que vem.)

De acordo com as informações disponíveis no mercado antes do discurso de De la Madrid, a expectativa dos bancos era de que Seixas faria um lance inicial de "spread" em torno de 0,875% sobre a Libor.

Embora houvesse acordo entre as diferentes fontes sobre o impacto benéfico imediato que o anúncio da nova estratégia mexicana terá para o Brasil, havia divergências, ontem, sobre como ele afetará o ritmo das negociações. "Creio que as negociações vão an-

dar mais devagar agora, pois o governo brasileiro provavelmente vai querer pesar melhor a posição mexicana e avaliar com cuidado as vantagens adicionais que poderá tirar da situação, antes de fechar o acordo com os Bancos", opinou um economista de uma importante instituição financeira internacional. A favor desta tese existe o fato de as negociações já terem superado quase todos os tópicos e estarem próximas de uma conclusão, faltando ainda quase três semanas para se esgotar o prazo de validade — 15 de março — das medidas interinas negociadas em janeiro para a renovação dos compromissos da dívida. Uma interrupção de uma semana a dez dias nas conversas não implicará, portanto, maiores problemas.

PRESSA

Banqueiros ouvidos por este jornal defenderam, contudo, a tese oposta, argumentando que o comitê provavelmente procurará acelerar a conclusão dos entendimentos com o Brasil. "Alguns membros do comitê, como o seu presidente (William Rhodes), certamente estão interessados em se liberar o quanto antes das negociações com o Brasil, para poder concentrar-se na questão do México, que é mais importante", notou um banqueiro. "Além disso, essa negociação com o Brasil tem um caráter provisório. E como já está acertado que tudo o que for negociado agora (os vencimentos de 1985 e de 1986) será renegociado no ano que vem, o Brasil não tem, na realidade, nada a perder, fechando o acordo nesta semana".